

O EXÉRCITO PERUANO de hoje

General do Exército Peruano

EDGARDO MERCADO JARRIN

Tradução e Notas pelo Ten-Cel Art (QEMA)
JONAS CORREIA NETO (1)

I — INTRODUÇÃO

A História nos demonstra que o Exército tem-se constituído em fator decisivo na conformação da nossa "peruanidade"; entretanto, na trajetória de nosso processo cultural se constata que *lamentavelmente não existem investigações sociológicas acerca do papel que a Fôrça Armada desempenhou no passado, e do que pode desempenhar no futuro, na obra de transformação do país.* Por isso, ficam sem resposta uma porção de perguntas que limitam nossos conhecimentos e falseiam as perspectivas para se analisarem e julgarem, com objetividade, certos fatos e suas condicionantes, que requerem observação desapassionada, sem considerações de prejuízos, simpatias ou tendências.

Por tais razões, tratarei do tema em epígrafe pretendendo assentar os critérios básicos que permitam aos estudiosos do país pôr em foco a questão e elevá-la a suas verdadeiras dimensões sociológicas, organizando sua análise, de modo que possa servir para *se compreender o que está fazendo o Exército e o que pode fazer no futuro.* Haverá quem pense que, ao fazê-lo, estarei indo além de minha competência; entretanto, vinte e cinco anos de serviço como oficial, no Exército, proporcionam-me suficiente fé na veracidade e na importância das idéias que expressarei, e me dão coragem para enfrentar o risco.

Esta análise será feita, em primeiro lugar, no que respeita ao Exército em sua projeção, como uma instituição moderna, na nossa sociedade em período de transição; e, em segundo lugar, no tocante à contribuição do Exército para o desenvolvimento nacional.

(1) Razões de ordem estritamente particular impediram-nos de divulgar mais cedo este importante depoimento sobre o Exército Peruano — "O Exército de hoje e sua projeção na nossa sociedade em período de transição" — publicado no n. de Abr/Jun 1965, da Revista da Escola Superior de Guerra do Peru (Chorrillos — Lima). Seu autor, com quem tivemos o privilégio de trocar idéias sobre algumas das questões tratadas neste estudo, quando ainda Cel Art e instrutor, é agora General-de-Brigada e serve no QG do Exército.

II — PROJEÇÃO DO EXÉRCITO, COMO UMA INSTITUIÇÃO MODERNA, NA NOSSA SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO

1. O EXÉRCITO, UMA ORGANIZAÇÃO MODERNA

A história do país nos últimos anos tem sido, em grande parte, uma sucessão de esforços para criar organismos do Potencial Nacional, a fim de alcançar os objetivos do “desenvolvimento integral”. Neste afã, os diferentes setores do país se têm esforçado por adaptar seus órgãos e sistemas aos padrões da moderna organização ocidental e, conseqüentemente, por romper com os velhos moldes tradicionais. *A realidade demonstra que foi mais fácil ao Exército alçar-se neste período a uma organização moderna.*

O Exército de ontem, por seu caráter de hierarquia e normas de comportamento rígidas, parecia-se mais com as instituições de molde carismático. O Exército de hoje, pelo seu alto nível tecnológico, imbuído de um espírito de transformações rápidas, *aproxima-se do tipo ideal de empresa industrializada.* Pois, como exprime Lucian W. Pye, “em essência, o Exército moderno outra coisa não é que uma entidade de tipo industrial”.

Podemos afirmar sem eufemismo, com orgulho e satisfação, que o Exército é uma instituição rejuvenescida, cuja organização tem uma estrutura mais moderna do que ortodoxa, na qual os homens já não se alinham exclusivamente segundo sua hierarquia, mas também de acôrdo com suas funções; que tem uma mentalidade evolutiva e acessível às mudanças; que coloca ênfase nas atitudes racionais e não se aferra a um rigoroso conservadorismo, como era sua característica primitiva; enfim, que é um fator de evolução e, portanto, *base segura do desenvolvimento nacional.*

Muitos são os fatores que têm concorrido, nestes vinte e cinco anos, para fazer do Exército uma organização moderna: todavia, eis os mais importantes:

- influência da tecnologia militar contemporânea
- organização e ação do Estado-Maior
- afirmação de um nôvo conceito de Defesa Nacional
- surgimento da guerra não convencional, ou revolucionária.

Esses eventos vêm fazendo do Exército um dos órgãos mais atualizados do país, e lhe atribuindo papel decisivo na *conformação do nôvo Peru.*

a. Influência da tecnologia militar contemporânea

O fator mais importante no impulsionamento da modernização tem sido, sem dúvida, o desenvolvimento tecnológico. Neste quarto de século, a tecnologia militar tem sido assimilada e adotada em prazos realmente

assombrosos, superando as expectativas mais otimistas, devido aos seguintes fatos, entre outros:

— Adoção como modelo, *com uma racional concessão aos valores nacionais*, do Exército mais adiantado do mundo e vitorioso nas duas últimas grandes guerras: o dos Estados Unidos.

— Disponibilidade de material apropriado e de equipamento moderno, *ao alcance de nossas possibilidades econômicas*, como resultado da segunda Guerra Mundial.

— Existência de material moderno, a custo relativamente baixo, caído rapidamente em desuso nas grandes potências, por força do seu progresso tecnológico.

— Convênio de ajuda militar mútua com o Governo dos Estados Unidos, favorecendo a aquisição de equipamento moderno e *permitindo o treinamento, de 15% a 20% das turmas de nossos oficiais, nos centros de instrução do Exército dos Estados Unidos*.

— Necessidade de responder aos reclamos da Defesa Nacional. O progresso científico é espetacular no que concerne ao material. Nas forças armadas dos EUA. e da URSS, muitas das armas se tornam "antigas" antes mesmo de que os soldados tenham oportunidade de dominar sua utilização e de controlar seu funcionamento; entre nós, os sistemas de Artilharia de Campanha ficam antiquados com quinze ou vinte anos de uso, e os de AAAe deixam de ser eficientes já por volta dos dez anos.

O constante emprêgo de equipamento militar cada vez mais moderno e complexo tem evidenciado a necessidade de formar oficiais e soldados especializados, capazes de operar e de conservar aquele material; assim, por exemplo, em uma unidade de Artilharia de Campanha, no que se refere à tropa, precisa-se de pessoal especializado — topógrafos, operadores de C Tir, apontadores, rádio-operadores, mecânicos, etc, — quer dizer, aproximadamente 50% dos homens de uma unidade de Art têm especializações.

O emprêgo de cérebros eletrônicos, o melhoramento dos sistemas de telecomunicações, o progresso da aviação, a utilização de foguetes, a manutenção de equipamentos de alta técnica, — requerem de oficiais bem preparados, por seus conhecimentos e sua aptidão, o que somente é possível alcançar-se através de constante aprimoramento físico e mental.

Como conseqüência dos avanços tecnológicos e da crescente especialização, têm-se multiplicado as escolas e os cursos. Vale lembrar que, sobre o adestramento do soldado, vinte e cinco anos atrás só havia uma única escola, a "Escola de Classes", para a formação de Cabos e Sargentos, com vistas ao combate em geral. Hoje em dia, a tendência é para o preparo para funções específicas, existindo escolas técnicas de telecomunicações, de mecânica, de operadores de equipamento pesado, de eletrônica, de motoristas, de armeiros, de manutenção, etc, orientadas para a formação de especialistas competentes.

A medida que o adestramento se torna mais técnico e mais complexo, apresenta-se a necessidade de poder identificar adequadamente o pessoal, quanto às suas habilitações militares, e ao mesmo tempo aquilatar o grau de eficiência operacional das unidades; faz-se também necessário adotar métodos de avaliação humana periódica, o que, por seu turno, conduz a alto tecnicismo em matéria de administração de pessoal, que se atinge com meios científicos e equipes especializadas.

Mas, queremos ir um pouco além, acompanhando o fio de nosso pensamento, partindo da premissa de que só mediante adequada educação técnica se conseguirá a formação de quadros especializados, de mão-de-obra hábil e de chefias intermediárias capacitadas, para a industrialização do país.

A maneira clássica de se abordar o problema do crescimento econômico foi superada por novas tendências do pensamento moderno; agora se reconhece que *o desenvolvimento sócio-econômico está condicionado não tanto pela disponibilidade de riqueza material quanto pelas inversões que se façam sobre o capital humano.*

A limitada capacidade de nossos recursos humanos, conseqüente da deficiência na formação educativa, é o verdadeiro obstáculo para se alcançar rapidamente o desenvolvimento econômico.

Está se produzindo no país um hiato, ampliado a cada ano, entre as necessidades que crescem rapidamente de se ter pessoal qualificado, e a capacidade limitada de nosso sistema educacional para a sua formação, como o demonstram as cifras a seguir apresentadas.

O incremento da população economicamente ativa, nos últimos dez anos, representa uma média de quase 100.000 pessoas como força de trabalho, as quais não são capacitadas em sua totalidade. Com efeito, sabe-se que 1% da população escolar poderá chegar a receber educação técnica; apreciando-se em termos globais a população escolar atual em 2.500.000, (valendo-se dos dados censitários de 1960, por uma correspondência adequada), teremos que nosso atual sistema nos permite capacitação técnica anual a apenas 25.000 peruanos.

Faz falta um incremento nas inversões no setor ensino, para fechar a brecha entre os 25.000 que se formam anualmente e os 100.000 que constituem o contingente anual incluído na força de trabalho. É lógico que se deveriam levar em conta os técnicos atualmente formados pela empresa privada SENATI (2) e o elemento relacionado nas profissões liberais, porém aquela brecha é extensa e tende a ampliar-se.

(2) Serviço Nacional de Aprendizagem e Trabalho Industrial (correspondente ao nosso SENAI). Sua moderna sede central foi inaugurada em Mar 66, com solenidade à qual compareceram personalidades ligadas aos assuntos técnico-industriais dos mais adiantados países — inclusive do Brasil. Situa-se na auto-estrada Lima—Ancona, na chamada "zona industrial do futuro", esse Centro Nacional que custou mais de 125 milhões de soles (aproximadamente US\$ 4,5 milhões). O SENATI já é organização vitoriosa, onde a aprendizagem se faz gratuitamente, segundo o sistema de contrato de trabalho patrocinado pelo empregador do estudante, obrigado este a reembolsá-lo através do trabalho que realizará depois de formado.

O Exército, com sua dupla atividade — a crescente tecnificação e os Centros de Habilitação Vocacional (industrial, agropecuário) — contribui eficazmente para reduzir a brecha. No tocante à tecnificação, em vista de sua missão — considerando-se que atualmente 40% do pessoal de Exército recebe instrução especializada, e abatendo-se uns 10% dessa percentagem porque parte dessa especialização é especificamente militar e não tem estreita relação com as habilitações requeridas pela indústria, — pôde-se deduzir que o Exército prepara anualmente, como mão-de-obra capacitada (ajudantes, auxiliares), 10% da força de trabalho nacional, de pessoal que somente vai exigir um pequeno treinamento adicional, nas próprias tarefas.

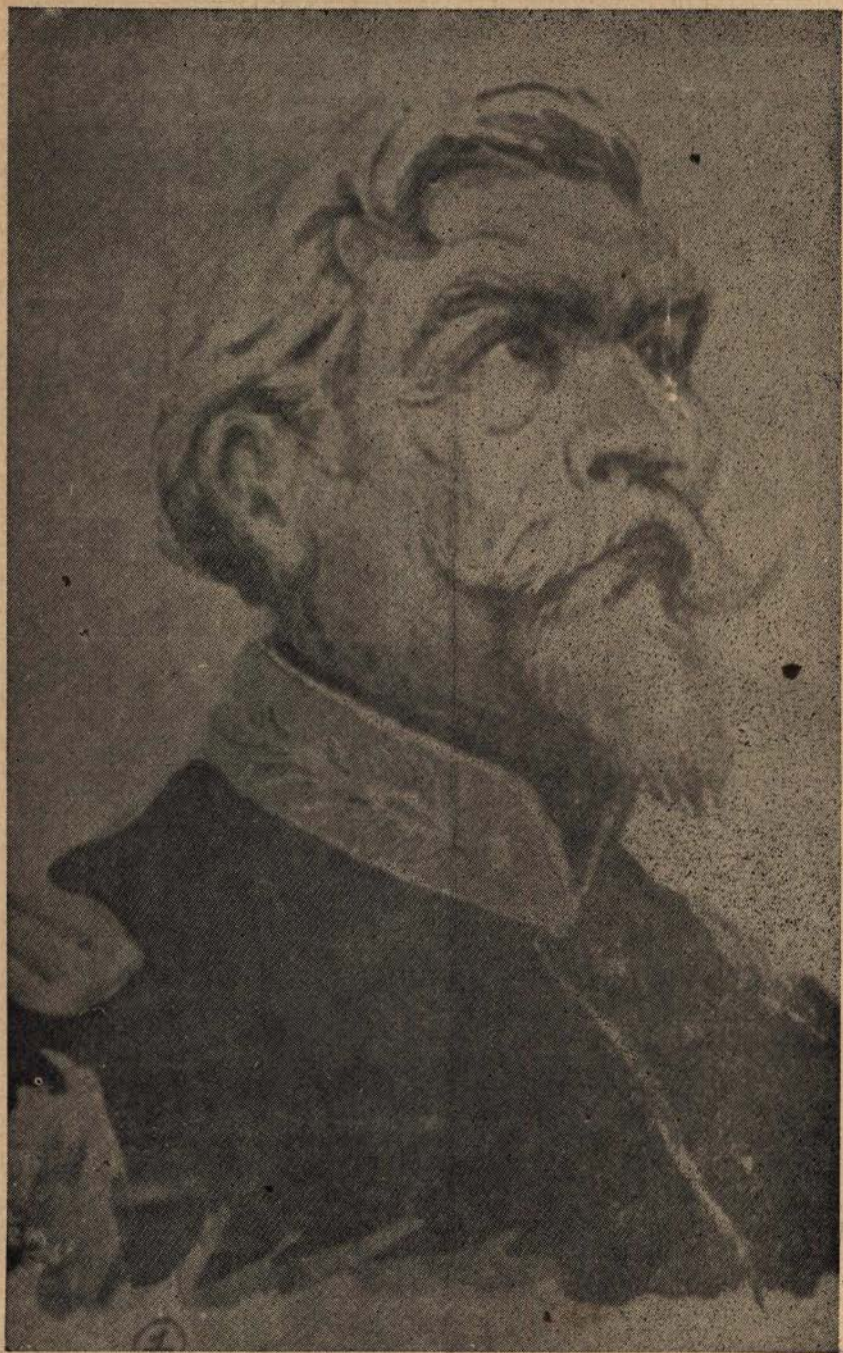
Porém, a essa contribuição do Exército ao preparo técnico do cidadão, devida à sua missão, acrescenta-se a que se realiza por meio dos Centros de Habilitação Vocacional; assim, os Centros de Habilitação Industrial (que vêm funcionando em Lima, Arequipa, Cuzco, Piura e Iquitos) preparam, — entre o pessoal da tropa que tiver sido para esse fim selecionado e a quem, de preferência, falem três meses para concluir o serviço militar, — mão-de-obra especializada em: carpintaria, eletricidade, alvenaria, sanitários, serralheria e soldas, pintura e laqueado, mecânica de torno, carpintaria metálica, ferraria e lanternagem. (3) Esse programa pela primeira vez se realiza na história das Forças Armadas e se leva a cabo no momento mais oportuno, com a cooperação do governo dos EUA, através da AID (que proporciona o equipamento e a assessoria técnica).

Em cada Centro, o treinamento está intimamente relacionado com a demanda de empregos e com a economia regional; e é complementado com orientação sobre sindicatos, leis, direito trabalhistas e desenvolvimento da comunidade.

Desta forma, anualmente uma boa percentagem dos cidadãos que servem ao Exército. — aproximadamente 10.000 — ao término do seu serviço, *saem preparados como mão-de-obra especializada, para incorporar-se à massa de trabalhadores industriais, tão necessários à transformação do país.* De acordo com a média atual de gastos do Estado, por aluno técnico-secundário, que é cerca de dez mil soles anuais, o Exército estaria poupando anualmente ao país a quantia de cem milhões de soles, em seus labores de habilitação técnica.

Se considerarmos que o objetivo dos currículos secundários é, basicamente, a preparação para a Universidade, e se, por outro lado, atentarmos para as estatísticas que assinalam que o ensino técnico-secundário alcança unicamente 1% da população escolar (segundo as cifras já citadas), a quantidade de mão-de-obra especializada, formada anual-

(3) Os Centros de Habilitação Industrial tiveram sua criação regulada por um Decreto Supremo de Mar 62, como parte do programa de Ação Cívica do Exército. O 2º CEIE (Centro de Entrenamiento Industrial del Ejército) foi inaugurado na 2ª RM (Lima) já em Abr 62, sendo seu lema "Aqui se aprende fazendo"; atualmente há cinco Centros funcionando (um em cada RM).



CORONEL BOLOGNESI — PATRONO DO EXÉRCITO PERUANO

mente pelo Exército, vem incrementar substancialmente a reduzida taxa de crescimento sustentada pelos Centros de Educação Técnica, e contribuir para superar as deficiências destes para fazer face às exigências da expansão industrial.

Assim, o adestramento no Exército serve, não apenas, para que o recruta possa cumprir sua função secular, — já que, ao elevar a qualidade do potencial humano e preparar eficientemente aqueles que haverão de se incorporar ao trabalho, está-se contribuindo eficientemente para o processo de “desenvolvimento integral” do país, produzindo-se, em virtude do avanço tecnológico, a integração do adestramento militar com o citado processo.

O adestramento técnico no Exército, cuja utilidade se evidencia ao se reincorporar o licenciado à vida civil, poderia ser um fator limitativo em sua participação ativa na solução dos problemas sociais e políticos que, hoje em dia, afetam o Peru, se, simultaneamente, não fôsse ele complementado pela base humanística fundamental, e se não fôsse orientado conforme os valores culturais e éticos que sustentam nossa civilização ocidental.

O problema central é que a formação de especialistas técnicos, no Exército, não fique divorciado da aquisição de valores humanísticos, pois, a não ser assim, estaríamos favorecendo, conscientemente ou não, a preparação de prêsas fáceis para as doutrinas dissociadoras. Isto faz necessário que, a par da técnica, seja intensificada no Exército a doutrinação para a causa democrática, que deve defender a acentuação dos valores morais e do sentimento de lealdade às instituições democráticas e à Força Armada.

No presente, quando estamos assistindo ao começo da etapa de industrialização, é o Exército, com seus centros de formação profissional e de especialização, que se coloca novamente na vanguarda do país, ao evoluir, do sistema básico de educação clássica, para o adestramento técnico, passando da alfabetização literária para a alfabetização técnica, criando a receptividade psicológica ao *ambiente técnico* de que o país precisa para seu desenvolvimento industrial, contribuindo eficazmente para a formação de uma sociedade industrial.

Nesse sentido, o atual adestramento, no Exército, é principalmente uma inversão no desenvolvimento do capital humano e, por conseguinte, a mais valiosa colaboração que oferece ao país, na atual transição por que ele passa — cômicos como devemos estar de que a estratégia do desenvolvimento sócio-econômico nacional deve basear-se na melhoria dos seus recursos humanos.

b. Organização e trabalho de Estado-Maior

Uma transformação revolucionária na eficiência da profissão militar constitui, realmente, a organização e o trabalho de Estado-Maior, —

trabalho em equipe, coordenado e integrado. A primeira guerra mundial e, logo depois, a segunda, puseram em evidência que o exercício do comando na guerra moderna exige que o comandante, para poder desempenhar eficientemente suas funções, conte com colaboradores imediatos (os quais hoje compõem seu Estado-Maior), que junto com êle formem uma só entidade. O Estado-Maior tem o encargo de obter informações e de proporcionar apreciações e propostas, de que possa necessitar o comandante; de preparar os detalhes de seus planos; de traduzir suas decisões em planos e ordens; de tomar medidas e providências para que as ordens sejam transmitidas aos escalões aos quais esteja afeta a sua execução e, finalmente, de verificar que essas ordens sejam cumpridas segundo o espírito que as inspirou.

Em qualquer circunstância, ao receber uma missão, o comandante responsável por levá-la a cabo expressa de uma maneira geral a forma como pensa cumpri-la, e a seguir os membros do seu Estado-Maior iniciam, de modo coordenado, uma análise metódica de todos aqueles fatores capazes de influir no cumprimento da missão, com o objetivo de adotar a linha de ação ("forma de acción") mais conveniente. Esta análise denomina-se Estudo de Situação ("Apreciación de la Situación").

Num Estado-Maior, para resolver um problema apresentado pelo comandante, ou para fazer uma proposta relacionada com questão levantada por qualquer dos seus membros, é necessário realizar-se um consciencioso trabalho de investigação, análise e síntese, que se executa seguindo o método de raciocínio cartesiano. Tal trabalho é chamado "Estudo de Estado-Maior"; leva em conta todos os fatores da situação e os fatos que possam ter influência, analisa-os minuciosamente, para chegar a conclusões que permitam fazer, ao comandante, uma sugestão clara, lógica e concisa. No meio militar, dá-se muita ênfase ao "trabalho completo de Estado-Maior", como a filosofia que deve ser a norma em todo trabalho de Estado-Maior.

A organização e o funcionamento dos Estados-Maiores tem feito da Força Armada, nestes vinte e cinco anos, uma organização eficiente em todos os escalões, técnica e moderna, moldada à imagem e semelhança das empresas industriais dos países desenvolvidos. Para o cumprimento das suas funções, fêz-se necessário conhecer e aplicar os mais recentes progressos em matéria de técnica e de administração de pessoal, apoio logístico, programação orçamentária e outras atividades especializadas. Prova disto é o fato de que o Exército foi a primeira instituição no país, e mesmo na América Latina, a valer-se da *Técnica de Orçamento-Programa* e a difundir sua aplicação por outros organismos estatais; assim, evidenciou que a estimativa orçamentária mantém estreita relação com metas e objetivos. Resulta disso que a Força Armada conta, há anos, com elemento humano devidamente capacitado para atuar com êxito em organizações de tipo industrial, sendo de assinalar que muitas empresas privadas procuram os seus serviços.

A eficiência do Exército, devida à presença e funcionamento dos EM, não se verifica de forma total nem espontânea. Ao invés, tem sido objeto de longo, gradual e paciente esforço no correr deste século, e se deve particularmente à Escola Superior de Guerra (4); sobre esta, seria injustiça deixar de destacar sua obra meritória, que lhe assegura a gratidão do Exército e de toda a nação.

A adoção da organização e técnica de trabalho de EM no Exército se deu paulatinamente, em duas etapas diferentes. A primeira, que culminou com a vitória de Zarumilla, é a etapa da adoção nos escalões superiores. Zarumilla representa a aplicação vitoriosa do trabalho de EM, que redimiu em parte as infaustas ações de 79 (5), despertou na nação uma consciência nova de valor de sua Força Armada e devolveu ao país a confiança para alcançar a elevada posição histórica que o destino lhe reserva.

Em uma segunda etapa, de Zarumilla até hoje, generalizou-se aquela adoção, chegando a todos os níveis da estrutura militar e a todos os componentes da Força Armada, pois atinge aos menores escalões de execução — o Btl e a Cia —, os quais se organizam e trabalham segundo os mesmos princípios de funcionamento de EM dos altos escalões.

A mudança verdadeiramente revolucionária causada pela organização e ação de EM, e cumprida através de um processo histórico, fez do Exército uma instituição eficiente e moderna em todos os níveis, muito antes que o país iniciasse o atual processo de industrialização. Revolucionária foi a transformação da estrutura tradicional do Exército, modernizando-se, mediante a evolução das atividades e das aptidões da oficialidade, o que permitiu a formação de um núcleo de oficiais com atitudes progressistas, técnicas novas, espírito renovador, grande sensibilidade social, inclinado a conservar a paz e a ordem; e esses oficiais passaram a atuar em uma instituição remocada, ordenada funcionalmente, administrada de modo racional e relativamente moderna. Deste modo, antes mesmo que outras organizações do Estado e que muitas empresas privadas, o Exército começou a exercer influência efetiva no processo de modernização e desenvolvimento do país.

c. Afirmação de um novo conceito de Defesa Nacional

Há vinte e cinco anos, falar-se de Defesa Nacional era falar-se de segurança militar, de poderio militar e, por conseguinte, a idéia ficava restrita ao campo castrense. Recentemente, a Defesa Nacional assumiu

(4) Corresponde à nossa ECEME. A ESG do Brasil é de nível do Centro de Altos Estudos Militares do Peru (CAEM).

(5) 1879 a 1883: Guerra do Pacífico (Chile versus Peru e Bolívia). Dentre os heróis peruanos, destaca-se a impressionante figura do Cel. Francisco Bolognesi, morto gloriosamente no comando da desesperada defesa do Porto de Arica. Ele é hoje o Patrono do Exército do Peru. (ver nota 8).

dimensões mais amplas, — incluindo o jôgo de todos os fatores políticos, econômicos, sociais — exercendo-se tanto interna como externamente, na paz como na guerra. Em consequência, para triunfar na guerra moderna, os oficiais devem entender e saber combinar as ações políticas, econômicas e sociais com os esforços estritamente militares.

O oficial de hoje tem necessidade de projetar e ampliar seus conhecimentos para além dos limites castrenses, a fim de poder assumir com eficiência suas responsabilidades crescentes e cada vez mais amplas. A magnitude dessas o obriga — primeiro, dentro das lindes pátrias, a conhecer e compreender a política nacional, porque a política de segurança é parte dela e, portanto, todo problema militar guarda estreita relação com os aspectos econômicos, políticos e sociais; — depois, leva-o mais a atentar para muito além daqueles limites, até abarcar o continente e, de um modo amplo, o mundo todo, pois que a segurança integral e o bem-estar geral do país já não dependem somente do próprio país. Reamente, essas exigências nacionais sofrem o impacto de influências cuja origem se acha fora dos limites físicos das fronteiras, localizando-se em regiões estranhas à nossa geografia e ao nosso modo de viver, de sentir, de pensar, devendo-se isto a que o mundo, com seu avanço tecnológico, cada dia torna menor a si mesmo e mais interdependentes os Estados.

Os horizontes do sistema educacional militar se ampliam, ao assumir o Centro de Altos Estudos Militares a responsabilidade de capacitar as altas hierarquias militares para a preparação e execução da Defesa Nacional. O CAEM, interessado na política de segurança, na arte de alcançar e manter os objetivos de segurança, em seu papel de oficina de estudos, põe em contato os oficiais superiores com a realidade do país: o Potencial Nacional, ou seja, com os recursos disponíveis e o modo de desenvolvê-los para atingir os objetivos da segurança nacional. Como a política de segurança (Defesa Nacional) é parte da política nacional, o CAEM marca novo alvo doutrinário ao assinalar a necessidade de uma efetiva colaboração da Força Armada em sua formulação, pôsto que se entrelaçam a política de bem-estar e a de segurança, que a constituem.

O surgimento do CAEM, como centro de formação para o Alto Comando, no vértice da pirâmide do sistema de instrução da Força Armada, entre outras inovações fundamentais, faz com que, pela primeira vez no país, se reconheça e se torne prática a necessidade de efetivar a colaboração entre os componentes civis e militares do governo, em suas respectivas áreas de interesse e responsabilidade.

O CAEM, além de sua atividade acadêmica, começou a exercitar outra, de estudo e investigação dos fatores — políticos, econômicos e sociais — relacionados com os problemas militares e que dizem respeito à Defesa Nacional; nesse campo, encara uma série de problemas nacionais e suas possíveis soluções.

Assim é que, quando nesses anos confusos começou o período de modernização e de crescimento do comércio e da indústria, o CAEM foi o primeiro centro que estudou e pôs em evidência que "a planificação era indispensável para o país em vias de desenvolvimento, entendida como um processo democrático voltado para a consecução dos objetivos nacionais de bem-estar geral, mediante o emprêgo racional dos recursos do Potencial Nacional"; e que, para levá-la a cabo, era indispensável a criação de um organismo superior, em nível nacional.

Ao melhorar a habilidade analítica dos participantes, o CAEM demonstrou também que a instrução pode ensinar a um oficial maduro e experimentado, com larga fôlha de serviços e no pináculo da carreira, a olhar os velhos problemas do país sob novas e variadas formas, e a verificar que pode haver mais de uma resposta para cada um deles, no rico acervo de nosso passado e de nossos costumes — verdadeira fonte inspiradora de soluções próprias e não de caricaturas de realidades alheias e distantes.

d. Aparecimento da guerra não convencional, ou revolucionária

Nos últimos vinte e cinco anos, o Exército voltou a ocupar lugar privilegiado na defesa dos destinos do país, e de novo sua vocação nacionalista fá-lo achar as luzes necessárias para orientar os destinos pátrios no mundo hodierno, dividido em blocos e cheio de incertezas.

O Exército foi uma das primeiras instituições que reconheceu a necessidade de tomar medidas positivas para combater a expansão de doutrinas contrárias à nossa índole, alertando o país para o surgimento de novo tipo de conflito — a guerra revolucionária, ou guerra não convencional. Entretanto, a vitalidade da velha tradição nacionalista do Exército não se limitou a pôr em evidência essa nova ameaça: assinalou que tais doutrinas constituem um perigo para o país, não tanto pela ideologia que contêm ou pela força e disciplina que exigem, como pelas debilidades e contradições que são provocadas pelas atuais estruturas da nossa sociedade, cuja transformação deve ser uma aspiração nacional. (6)

Para fazer frente ao aparecimento da guerra revolucionária, nos últimos anos, tem sido necessário introduzirem-se modificações e adaptações na organização e na instrução do Exército, exatamente nos fatores responsáveis por que esse Exército se tivesse tornado a organização modelar, que é. Mesmo que aos recrutas não sejam especificamente ensinados assuntos políticos, é provável que, devido à profunda doutrinação democrática que recebem, boa percentagem deles se apercebam de que a sociedade se projeta na política; quanto aos oficiais, tornou-se evidente a necessidade de possuírem profundo conhecimento do meio humano em que devem atuar e grande sensibilidade a tudo que signifique impulsionar o desenvolvimento sócio-econômico do país.

(6) Este conceito é válido para o Brasil — aliás, para todos os países em vias de desenvolvimento.

A guerra revolucionária demonstrou que não é suficiente apenas o adestramento militar; o nôvo inimigo utiliza-se de todos os campos da atividade humana, combinando-os permanentemente, pretendendo ainda apossar-se espiritualmente do homem. Com efeito, emprega ações econômicas, políticas, sociais, psicológicas, a agressão militar franca e a encoberta pela subversão. Para enfrentar com êxito o nôvo tipo de guerra, nossos oficiais devem usar os métodos e procedimentos característicos da guerra revolucionária — quer dizer, devem entender e ser capazes de combinar aquelas ações com os esforços puramente militares.

2. O EXÉRCITO, COMO ELEMENTO CHAVE NA PROMOÇÃO DA MOBILIDADE SOCIAL

Em consequência de sua estrutura moderna, o Exército apresenta-se como ambiente propício para encaminhar e impulsionar uma mobilidade social ascendente. Integrado, no século XIX, por pessoal de todos os níveis sociais e de tôdas as regiões do país, neste último quarto de século perdeu parcialmente seu caráter de autêntico representante de tôdas as classes sociais, pois os oficiais procedem da classe média e as praças (devido às disposições da Lei do Serviço Militar Obrigatório) são provenientes, em sua quase totalidade, da classe popular — e, dentro desta, prevalece por sua maior percentagem o grupo camponês da região serrana, seguido imediatamente pelo grupo camponês do litoral e depois pelo grupo operário, da indústria urbana e da rural. Ainda se nota, nas guarnições do Dept. de Loreto, que nos contingentes se inclui certa proporção de aborígenes da selva. (7)

Em geral, o camponês é o “peão”, fenômeno típico peruano, cuja cultura é basicamente indígena, com muito leve influência latina, diferente da chamada cultura mestiça.

Os camponeses da serra são, em sua imensa maioria, indígenas — grupo hoje ainda mais reduzido, porém um pilar potencial da força trabalhadora do país; constituem os pequenos agricultores das comunidades e os colonos das fazendas. Por causa do isolamento em que têm vivido, são analfabetos, nada conhecem do mundo exterior e nem se interessam por conhecê-lo, — aliás, suas existências têm decorrido em ambiente de indiferença, que freqüentemente chega ao desprezo, por outras atividades.

Os camponeses da costa são em grande parte mestiços, incluindo-se mulatos e “enxertos”; trabalham como assalariados e têm consciência de suas necessidades individuais.

Os aborígenes da selva não estão incorporados à civilização e não têm consciência alguma de sua nacionalidade, à exceção daqueles que habitam nas zonas fronteiriças próximas de guarnições militares.

(7) No Peru, as grandes regiões naturais são geralmente chamadas “costa” (o litoral), “montanha” ou “selva” (a selva amazônica) e “serra” (a cordilheira andina).

O ingresso do recruta na Fôrça Armada representa, em muitos casos, um primeiro contato com a civilização, com homens de outros grupos, de outras classes e de outras regiões do país, e também sua primeira oportunidade para aparecer e viver em uma sociedade moderna, rompendo assim as barreiras do isolamento, atrás das quais terá vivido bastante, antes de chegar ao quartel.

No Exército, como em toda organização, o indivíduo é levado a comparar-se com os outros membros; a posição relativa é estabelecida por uma imposição da personalidade ou mediante uma ascendência derivada de comportamento social destacado, tal como o exercício de alguma função que beficie ao grupo. O fato é que todo homem deseja tornar-se conhecido, e no Exército se evidencia que o camponês, devidamente motivado, não escapa à regra. A posição relativa depende das reações de outras pessoas; conseqüentemente, o indivíduo atinge a sua posição mediante o reconhecimento que lhe é concedido, implícita ou explicitamente, pelo grupo ao qual pertence.

O camponês geralmente provém de um meio onde não tenha sentido a necessidade de caracterizar sua posição, nem tido possibilidade de observar a ninguém destacar-se acima de seus companheiros; no meio militar, pela primeira vez, percebe que aquele que se destaca por sua habilidade, esforço e mérito pessoal, adquire em reconhecimento uma categoria e uma situação hierárquica que o eleva em relação aos demais. Igualmente, desde que ingressa no serviço, dá-se conta da possibilidade de uma constante superação de si mesmo e dos benefícios que representa, para seu futuro, a natureza da instrução militar que recebe.

No Exército, o pessoal é designado para os diferentes cargos levando-se em consideração as especializações, as aptidões e as experiências; ascende-se na profissão segundo os méritos, o rendimento apresentado e os anos de serviço. O favoritismo, as influências externas e as relações de família não vingam, porquanto vigoram plenamente sistemas impessoais de medida de valores, mediante os quais o homem é julgado por sua aptidão em apresentar rendimento na função. Quem se destaca por seu merecimento, sua honradez profissional e sua capacidade, invariavelmente aparece.

Em uma sociedade como a nossa, na qual muitos vêem a "posição", e as oportunidades de melhorar dependem em parte dos antecedentes familiares e das recomendações, há de produzir-se forte impacto quando o soldado que está prestando seu serviço militar, bem como os cidadãos em geral, chegam a perceber que há uma relação direta entre o esforço e a recompensa.

Os procedimentos que fazem do mérito, no Exército, o pilar básico do acesso, servem de estímulo ao pessoal e transcendem ao âmbito nacional, por que o povo aprende a considerar a Fôrça Armada como uma instituição justa e a procurar fazer que idênticos processos se apliquem em todo o país, o que é provado pelo fato de tanto o Poder Judiciário

como o Magistério haverem pleiteado que, em seus setores, fôsem postas em prática disposições semelhantes às que regem a Força Armada, — exercendo desta maneira, o Exército de hoje, uma efetiva influência modernizadora.

3. O EXÉRCITO, COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO

Segundo Manuel Zymelman, “a sociedade camponesa é a que menos probabilidade oferece de ser atraída às tarefas industriais”. E acrescenta: “porque desfruta de relativa liberdade, olha com desprezo qualquer trabalho que deva ser executado dentro de horário rígido, como o trabalho fabril”.

Uma vez incorporado, o recruta é submetido a rígido horário de trabalho, da “alvorada” ao “silêncio”; tem, pois, de aprender a dispor do reduzido tempo livre de que dispõe. Durante sua preparação de combatente, a qual exige hoje treinamento técnico de nível elevado, o soldado se especializa no manejo de armamento e equipamento que cada vez fica mais complicado; êle (o soldado) é treinado para empregar eficazmente os meios individuais de defesa, para aproveitar ao máximo o terreno e para deslocar-se rapidamente, de modo a evitar cair sob o fogo inimigo. Depois que êle adquire eficiência individual, passa-se ao treinamento em equipe, da unidade, praticando-se em situações com características aproximadas da realidade, gradualmente mais difíceis, complexas e diversificadas.

No treinamento coletivo, rapidamente o soldado aprende que é necessária a conjugação de esforços e que, se êle se mostra falho ou demorado na execução de uma ordem, pode pôr em perigo a vida dos seus colegas de unidade elementar. Não é difícil chegar-se a bom resultado, dado que nossos camponeses de origem autóctone, em suas comunidades, costumam unir esforços para resolver problemas de interesse comum.

O treinamento, que se estende por dois anos, provoca no campônio uma mudança de atitude. Atitudes são sentimentos relativamente estáveis ou tendências, que predispõem os indivíduos a atuar de certa maneira. O camponês ingressa no Exército com determinadas atitudes, que não evoluíram por carência de educação, bem como de direção espiritual, e por influência do meio familiar. É sobre estas atitudes que o Exército atua. Há que formar-se o soldado como um combatente individual e como membro de uma equipe orientada para o cumprimento da missão da unidade.

As atitudes influenciam o modo como um indivíduo interpreta os acontecimentos: as pessoas “vêem” aquilo que desejam ver e “ouvem” aquilo que desejam ouvir. No processo de modernização, no qual o país está empenhado, requerem-se atitudes humanas fundamentais para a mudança, de tal modo que o funcionamento do país como uma sociedade moderna seja não apenas realizável, mas também psicologicamente sa-

tisfatório. No Exército, procura-se entender os padrões de percepção dos soldados e reforçar aqueles de maior valia para o chefe e para o grupo, e que estimulem o comportamento no sentido do cumprimento da missão. A passagem pelo quartel significa um breve, porém eficaz processo de adaptação a novas normas culturais, de que a industrialização precisa, e cuja utilidade é inapreciável, de vez que — como diz Zymelman — “a adaptação de uma sociedade às condições industriais produz-se com menor fricção quando as características ou normas variáveis, nas sociedades menos desenvolvidas, não importa qual seja a base econômica, são semelhantes àquelas que a industrialização fomenta”. Ao concluir o serviço militar, o camponês já se acha mais adaptável à indústria, — onde a disciplina, a autoridade, o senso de responsabilidade, a iniciativa e o trabalho em equipe são requisitos essenciais; acha-se, também, psicologicamente preparado para aceitar novos modos de vida, dos que exijam apenas simples reajustamentos.

O homem do campo ainda é profundamente supersticioso com os fenômenos da natureza; por isso, está sempre propenso a ver perigos onde não existem; mas deixa a superstição, quando chega a compreender um fenômeno. A instrução militar familiariza o soldado com aqueles fenômenos, pois ele deve estar alerta para aproveitar as vantagens, ou para neutralizar os obstáculos naturais, surgidos no combate. Dêste modo, vai-se o campesino libertando dos seus entraves supersticiosos, e paulatinamente compreendendo que os acontecimentos desenrolados em sua comunidade, como no país, resultam de decisões humanas e não são meros produtos da fatalidade.

Os sentimentos coletivos são mais frutos da participação em acontecimentos da mesma natureza, do que de vínculos sociais ou familiares. No serviço militar, o camponês compartilha da vida de todos os soldados, em condições idênticas. O treinamento moderno requer que, em campanha, oficiais e praças usem uniformes idênticos, desfrutem as mesmas restrições, tanto para a alimentação como para o repouso. Pela primeira vez, pois, o camponês aí vive em situação semelhante à de homens de outra hierarquia. Este fato, e ainda o de que a permanência nas fileiras lhe garante uma porção de alegrias, provocam nêle sentimentos de lealdade e de orgulho de pertencer ao Exército. Nada é melhor para dar testemunho desses sentimentos, do que o emocionante espetáculo oferecido voluntariamente por milhares de camponeses do altiplano, os quais, em todo Sete de Junho, (8) vindos de muito longe, reúnem-se para render homenagem à Pátria e ao Exército, organizando-se em unidades militares — com banda, bandeira, e com velhos porém bem conservados uniformes que envergavam em seu tempo de soldados.

(8) 7 de Junho (de 1880) — dia em que Bolognesi, o heróico defensor de Arica, pronunciou a exortação célebre — “Lutaremos até queimar o último cartucho!” Esta frase serve hoje de modelo a outra, que no moderno Exército Peruano incentiva as lides de paz: “Trabalhar até esgotar o último esforço!”...

Ao mesmo tempo que se adentra o soldado para o combate, ensina-se a ler e a escrever, a conhecer os símbolos da pátria e as instituições da vida política moderna, os feitos históricos relevantes e as características geográficas mais marcantes; incutem-se nêle noções fundamentais de higiene pessoal, exige-se ordem e, nos "cassinos" das unidades, êle trava contato com a televisão, o rádio, jornais e revistas. Ao fim de dois anos, terá adquirido novos hábitos de higiene, alimentação e leitura; terá ajustado seu comportamento e estará livre de hábitos negativos (como o do uso da coca e o alcoolismo, degeneradores e debilitantes).

Por êste modo, o Exército foi uma das primeiras instituições, no país, que compreendeu que a estratégia de sua modernização deveria basear-se fundamentalmente na estratégia do melhoramento dos seus efetivos humanos; enquanto que somente há uma década se fala de alfabetização maciça, o Exército há mais de um quarto de século tem estado na vanguarda nesse campo, pela implantação, nos quartéis, de verdadeira escola primária, a qual, paralelamente ao adestramento militar, não se limita apenas ao ensino dos rudimentos de leitura e escrita, mas também desempenha a tarefa, mais importante na educação de indígenas adultos, de criar hábitos e provocar mudanças de atitudes, sem o que seria difícil a aplicação de novas técnicas.

Noutros tempos, ao regressar à comunidade de origem, o licenciado era prontamente reabsorvido pelo meio e seguia convivendo apenas na



**O EXÉRCITO PERUANO APRESENTANDO EM DESFILE SUAS
TROPAS DE "COMANDOS"**

órbita local, sem associações nem contatos exteriores; perdiam-se, assim, os benefícios do serviço militar. Hoje em dia, pelo fato de servir num ambiente moderno, — cujo processo de aculturação vai até a formação de especialidades técnicas e cujos ensinamentos visam à criação de reflexos necessários ao desenvolvimento de uma capacidade de luta muito mais exigente e complicada, e que satisfaça tanto às exigências da guerra moderna como às da guerra não convencional, — o camponês sofre influências verdadeiramente traumáticas, o que faz com que, ao contrário do passado, ao regressar à sua comunidade conserve tôdas as novas atitudes e hábitos mentais adquiridos no Exército.

O pára-quedista que diâriamente arrisca sua vida nos exercícios e é treinado para analisar rapidamente uma situação, decidir o que fazer e passar à execução sem vacilar; o tanquista que, durante dois anos, aprende a conduzir com eficiência e responsabilidade o carro de combate (cujo custo, sabe ser equivalente ao de vários tratores agrícolas); o artilheiro da central de tiro, cuja agilidade mental para o cálculo se desenvolve em dois anos de constante treinamento em operações matemáticas, e que bem percebe que um erro de cem metros pode significar a morte de muitos de seus próprios companheiros; enfim, o soldado de hoje adquire, como característica do processo de aculturação, um alto grau de “segurança psicológica” — garantia de que o impacto do regime de vida tecnologicamente avançado, que o camponês recebe em sua passagem pelo Exército, prevalecerá ao reintegrar-se êle no seu meio original.

Como sabemos, o humanismo é a concepção segundo a qual todo homem deve ser encarado como um fim em si mesmo e não como um instrumento para os fins de outros homens ou grupos. Considerando-se o caso do camponês, enquanto no país pouco se fazia no terreno prático (embora muito se fizesse na literatura, na pintura e noutros campos afins, no que tradicionalmente se tem chamado “indigenismo”), no terreno das realizações o Exército tem afirmado o valor do elemento autóctone, tornando a instrução militar adequada a provocar a mudança de atitudes, à formação de novos hábitos e à criação de sentimentos coletivos no camponês; com isto, facilita-se a sua reintegração na vida ativa do país, observando o Exército os princípios supremos do humanismo, aliás acordes com a proposição fundamental que dá, como *requisito básico para a modernização do país, que as próprias pessoas sejam convenientemente modificadas.*

Quando o cidadão, após prestar o serviço militar, regressa à sua comunidade — cidade, vila, fazenda — torna-se veículo permanente da evolução nacional. Assim, põe em ação atitudes evoluídas, exercita os conhecimentos adquiridos, ensina a outrem aquilo que aprendeu e serve de exemplo através dos novos hábitos de sua conduta; converte-se em vanguarda do setor modernizado da sociedade pátria, acelerando o processo de transição. Por esta forma, o Exército representa, no Peru, ele-

mento chave na promoção da mobilidade social e na transformação que está gradualmente levando nossas massas camponesas a participar da corrente de mutação.

4. O EXÉRCITO, EM SUA MISSÃO EDUCACIONAL, COMO FORJA DE VALORES ESPIRITUAIS

As nações refletem a grandeza de seu espírito segundo o grau de desenvolvimento a que atingem; no entanto, uma nação não pode ter energia suficiente para impulsionar o seu desenvolvimento e permitir-se sair do processo de transição, se não conta com a solidariedade dos seus cidadãos. Essa solidariedade exige, de cada qual, altos valores espirituais — e estes se cultivam nos centros militares, que são verdadeiros centros de educação do povo, já que o Exército cumpre também uma missão educativa: a de forjar os valores do espírito. Tem tal missão um sentido especialíssimo a revesti-la: é que o ingresso do recruta nas fileiras comporta um deslocamento das relações restritas do meio civil, por assim dizer “individualistas”, para outras relações de tipo sensivelmente mais “impessoais”, que caracterizam o ambiente militar.

Incute-se no soldado como amar a pátria, de modo silencioso, ga-lhardo, abnegado, sem protestos, nem discussões, nem restrições. Quando a pátria dá ordem para servir em uma guarnição, aí serve-se a ela. E quando ela exige um sacrifício, vai-se até ao sacrifício...

Ensina-se ao soldado que tem o dever primordial de conservar-se sem mácula; que a honra é patrimônio e emblema de todo homem de uniforme e que é na honra que se sintetizam tôdas as virtudes do soldado. Aprende, ainda, que não representa fraqueza o não atingir-se aquilo a que se aspira, mas que, se para tentar obter o que se deseja põe-se de lado a própria dignidade, então mancha-se a alma do homem — e um soldado não deve admitir uma mancha em sua alma.

Ser disciplinado é uma característica que se cultiva como consequência da instrução. O soldado não demora a perceber que a disciplina, no Exército, não afeta ao caráter nem à dignidade de cada pessoa; que ela representa ordem e método, reguladores de tôdas as atividades; e que não admite a debilidade, porque a fraqueza do Exército seria a fraqueza da nação. Graças à disciplina da qual fica imbuído, o soldado logo se compenetra de que, para resolver situações difíceis, é suficiente que ordens apropriadas sejam dadas e cumpridas.

Ensina-se o soldado a obedecer. Todo mundo, na vida, obedece a alguém e a alguma coisa; porém, no Exército a obediência adquire outro sentido, devido às relações de natureza universalista que lhe são características. Enquanto que, no meio civil, por trás duma ordem há a personificação de quem a baixa, no Exército, por trás dela somente está — somente pode estar — a pátria, e conseqüentemente é a esta a quem se obedece.

O processo de aculturação, no Exército, não é apenas dirigido para a aquisição de especialidades técnicas, tão valiosas no momento presente; é também orientado num sentido de cidadania, forjando-se os valores do espírito, sem os quais dificilmente surgirá o sentimento de solidariedade, já assinalado.

A forma segundo a qual um cidadão corresponde às exigências nacionais é, em última análise, a forma como lhe foram inculcados os valores morais.

O Exército de hoje, ao fazer do recruta um soldado eficiente, simultaneamente e de certa maneira faz dê-lo um "indivíduo moderno" e um "bom cidadão". Essa instituição — cujos componentes vivem sempre para os altos ideais, educados em tudo o que fortalece a alma e robustece o espírito — é sólido pilar em que repousa aquela decantada solidariedade; e o exemplo da sua solidez serve de ensinamento e de estímulo.

O amor à pátria, honra, disciplina, obediência, são virtudes e características que podem conduzir a um nacionalismo mais responsável e, de certo modo, constituem a preparação relativa aos deveres do cidadão.

Ao reintegrar-se na vida civil, o soldado recém-licenciado acha-se preparado para sobrepor o interesse geral ao interesse pessoal, na busca dos objetivos nacionais; êle compreende que os acontecimentos que se passam no país resultam de decisões humanas e não só do acaso; que muitas coisas podem mudar, graças a um ato acertado de direção e que, para se conseguir a grandeza da pátria, requer-se atuação solidária e não simplesmente propalar boas intenções.

III — O EXÉRCITO E SUA CONTRIBUIÇÃO AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

A participação do Exército em atividades dirigidas para o desenvolvimento nacional é um fato recente, que tem fundas raízes em nosso passado histórico, identificadas na missão civilizadora do exército incaico.

Contrariamente ao que afirmam alguns historiadores, o exército dos Incas desempenhou, em sua época, eficientes funções no desenvolvimento do seu império, construindo vias de comunicações, sem as quais nem a autoridade do Inca, nem o processo de aculturação do seu império teriam podido cobrir a imensa extensão que realmente foi coberta.

A execução de um mecanismo de transformação, mediante a ação desinteressada de um trabalho comunitário — a chamada "cooperação popular" — estabelece um paralelismo entre a fonte inspiradora dessa "cooperação" (que é a instituição renovada da "minka" (9), e as origens da atual participação do Exército em atividades visando ao desenvolvimento nacional.

(9) Sistema de auxílio mútuo no trabalho e de distribuição equânime dos bens (Incas, até Sec. XVI).

Os fins do Estado — bem-estar e segurança (Defesa Nacional) — são interdependentes: o que é feito para alcançar o bem-estar afeta a segurança, e reciprocamente. Os meios empregados para se atingirem esses fins são obtidos do Potencial Nacional e, conseqüentemente, é obrigação do Estado desenvolvê-lo de forma integral, nos seus fatores humano, econômico, social e político. À medida que o Potencial Nacional se amplia, torna-se mais realizável lograrem-se os objetivos de bem-estar e de segurança. Em última análise, *o poder da Força Armada nada mais é do que o reflexo do poder da Nação*. Por outro lado, reconhece-se a necessidade de agir de todas as maneiras para elevar os níveis de vida das populações, com o objetivo de combater o comunismo, que explora as contradições sociais dos ambientes subdesenvolvidos. Por essas razões, o desafio que hoje enfrentam as Forças Armadas das sociedades em processo de transição — cuja situação, em certa medida, é de emergência nacional — é a sua participação eventual naqueles aspectos que, *sem prejuízo das finalidades para as quais foram criadas*, orientam-se para o fortalecimento do Potencial Nacional e, como decorrência, para o bem-estar geral dos cidadãos. Lançam-se assim as Forças Armadas numa atuação que persegue a melhoria de condições sociais e que, em síntese, corresponde a uma atitude espiritual.

A participação nacional do Exército em atividades voltadas para o desenvolvimento sócio-econômico se verifica:

— sem perturbar, nem desvirtuar sua preparação para o cumprimento das missões constitucionais; e

— sem competir, nem interferir, com organismos estatais e empresas privadas, em que recai a responsabilidade de promover o desenvolvimento nacional.

Muitos são os programas através dos quais está o Exército participando no desenvolvimento sócio-econômico, mediante atividades de “ação cívica” (10); eis alguns deles:

— *Programa de Estradas*, para a construção, melhoramento e conservação de estradas de rodagem, especialmente de penetração na selva.

— *Programa de Cartografia*, para a preparação de documentos cartográficos necessários à execução dos projetos.

— *Programa de Colonização*, para o estabelecimento de métodos colonizadores, de preferência nas zonas de selvas, nas fronteiras.

(10) Define-se **Ação Cívica**, no Exército Peruano, como sendo “o conjunto de atividades de interesse nacional, regional ou local, realizadas pelo Exército em benefício da coletividade e como contribuição ao seu melhoramento social e econômico”. Essas atividades têm lugar, principalmente, nos seguintes setores:

— estradas

— educação (e alfabetização)

— habilitação vocacional (industrial, agropecuária)

— cartografia

— colonização

— ajuda à comunidade (saúde, saneamento, educação, energia elétrica, abastecimento de água e outros serviços públicos e de bem-estar).

1. PROGRAMA DE ESTRADAS

Desde 1947 vem o Exército colaborando de forma ativa no Plano de Viação da República; fá-lo, essencialmente, pela construção de novas vias de penetração na selva, empunhando as armas da paz para — à custa de técnica, abnegação e sacrifício — contribuir para o desenvolvimento da infra-estrutura do país, sem o que será possível edificar uma nação grande e poderosa.

Devido à difícil topografia do país, a ampliação da rede de estradas constitui atividade fundamental na política de qualquer governo. As diferenças regionais entre "costa", "serra" e "montanha", e as ainda maiores entre as áreas rurais e as urbanas, são as principais causas de desequilíbrio estrutural da economia peruana; em consequência, a falta de ampla e adequada rede viária, concebida de acôrdo com as necessidades econômicas e com os imperativos geopolíticos, é fator de retardamento na *complexa tarefa que nos compete: realizar um processo desenvolvimentista equilibrado*. Assim, é fundamental reduzir nossas diferenças regionais e as existentes entre as áreas rurais e urbanas, eliminando os obstáculos que se oponham à sua intercomunicação; porém, para consegui-lo, é lamentavelmente necessário que se façam altas inversões, caracterizadas pela complexidade técnica, e às quais nem sempre o Estado está em condições de atender — devido às múltiplas necessidades que o assoberba, à escassez de recursos financeiros e às interferências de outros interesses.



Diante de tal perspectiva, o Exército não vacilou em participar, como fator importante, na realização da política nacional de estradas, caracterizada até há pouco pela alternância de períodos de trabalho e de paralisação; participação essa que, além das vantagens que serão assinaladas adiante, terá o mérito de dar continuidade e progressividade aos esforços do país neste setor, como prova o recente início da construção da rodovia Atalaya — Itahumania — Manú, que marca mais uma etapa de constante incremento da colaboração do Exército.

A intervenção do Exército na construção de estradas acha-se regulada desde 1963, por um Decreto Supremo, em que se estabelece a política de participação do Exército nessas atividades, considerando-se os seguintes casos:

a. Construção de estradas em zonas geograficamente e economicamente difíceis (mão-de-obra, recursos escassos, etc.), que contribuam para o desenvolvimento sócio-econômico do país.

b. Construção de estradas que, por suas limitadas possibilidades econômicas, tenham sido postas em prioridade muito baixa pelo Ministério de Fomento e Obras Públicas (M.F.O.P.), mas que tenham particular importância estratégica.

c. Construção de estradas de pequena extensão e de urgente necessidade, em zonas críticas, onde as unidades de engenharia possam atuar a curto prazo, realizando importantes atividades de "ação cívica" — e eliminando perigosas condições sócio-econômicas, causadas por desastres e por outras situações de emergência, quando o supracitado Ministério fixará a contribuição do Exército.

d. Melhoramento e conservação de estradas, nos casos a e b.

Desta forma, as atividades do Exército estão sujeitas a normas preestabelecidas e são executadas de acordo com o espírito e os objetivos do Plano de Viação Nacional para o período 1962-1971, elaborado pelo M.F.O.P., e cuja finalidade é completar a rede básica de estrutura viária do país. Não é produto de uma concepção isolada, mas parte da fixação em termos globais da política viária, que compreende quatro campos de ação: manutenção — melhoramento da rede existente — construção de troncos penetrantes — construção de estradas secundárias.

Pode-se dizer, de uma simples análise do mencionado decreto, que a intervenção do Exército está condicionada a circunstâncias, tais como — dificuldades geográficas, diferenças por razões de prioridade e de necessidade de urgência originada por perigosas situações sócio-econômicas, — o que elimina a possibilidade de interferência e competição com outras organizações do Estado ou empresas privadas; daí, sua participação preferencial na construção de vias de penetração nas inóspitas regiões selváticas e naquelas que, por suas condições sócio-econômicas,

são focos potenciais de ação subversiva (tais como as regiões amazônicas, Madre de Dios e Cusco). (11)

A participação do Exército no programa nacional de estradas compreende a execução de sete projetos:

Olmos — Rio Maraón; Ingenio — Pomacochas — Rio Imaza; Santa Cruz — Tamborapa — San Ignacio; Sandia — San Juan de Oro — San Ignacio e Ramal Valle Grande; Ollantaytambo — Uñashbamba; Amparaes — Colca; Atalaya — Itahumanía — Manú.

Igualmente importante é o trabalho realizado pelo Exército na conservação de estradas na região do Maraón e em Huánuco — Pucallpa. Assinale-se que, em 1963, foram construídos aproximadamente 100 km e conservados 700 km. (12)

Os dados da última década, fornecidos pelos técnicos do Ministério da Agricultura, sobre a zona do Alto Maraón (províncias de Bagua e Jaén), são realmente surpreendentes. Em 1940, Jaén tinha 22.000 habitantes e Bagua 50.000; hoje, Jaén tem 75.000 e Bagua 50.000. A área cultivada aumentou em 1,333% para o arroz e em 2,500% para o café.

O cumprimento do programa de estradas tem sido possível graças à adoção de algumas reformas na organização e à alta especialização a que atingiram as unidades de engenharia, que estão aptas a se desincumbir eficientemente das funções técnico-administrativas. Isto lhes é facilitado pela realização (desde 1960) de cursos para preparação de mecânicos e operadores, na Escola de Engenharia, e pelos modernos equipamentos com que contam; estes são a última palavra em aprimoramento técnico e sua aquisição, manutenção e substituição são possibilitadas pela nova orientação dada ao programa de ajuda militar e ao apoio do M.F.O.P. e da Aliança para o Progresso.

(11) A maioria dos Departamentos (Estados) peruanos podem-se considerar "amazônicos", pois que alimentam as águas da bacia amazônica. Entre eles se acham os citados, Cusco e Madre de Dios — este limítrofe com o Brasil (cerca de 120 km, no Acre). O maior Depto amazônico (e também o maior do Peru) é Loreto, que praticamente envolve a nossa fronteira NW, do rio Amazonas ao Purus (aproximadamente 480 km), num grande arco correspondente ao rio Ucaiali (S-N) e ao Maraón — Amazonas (W-E). Desde meados de 1965, guerrilhas vêm atuando na serra central, numa área que abarca partes dos Deptos de Junín e Cusco, principalmente; hoje, sua ação se acha quase neutralizada.

(12) Deixou de ser explicitamente assinalada a decisiva atuação da engenharia militar na abertura da Rodovia "Bolívariana" — a célebre "Marginal da Selva", sonho e realidade do Presidente do Peru, arquiteto Fernando Belaúnde Terry.

É trabalho importantíssimo, numa obra de peso. A Marginal será, a leste dos Andes, o que na faixa costeira é a Rodovia Pan-Americana; mas ainda mais valiosa, pois além da ligação dos países andinos permitirá verdadeira conquista da selva.

A nossa rede viária deverá ligar-se a ela, no trecho peruano, pela Cruzeiro do Sul-Pucallpa, quando estiver concluída a BR 236 (Rio Branco — Cruzeiro do Sul), e assim concretizada a Brasília — Acre — Lima, que nos integrará no sistema rodoviário americano, nessa zona.

Os benefícios imediatos da participação do Exército no programa viário podem ser sintetizados nos seguintes aspectos:

a. Lograr mais rápida e racional coesão do país, integrando as diversas regiões geográficas e reduzindo as diferenças entre elas.

b. Incorporar à economia ativa um enorme trato de terras férteis das orlas da selva, cuja produção é variada e abundante. Desta maneira, ao incrementar-se a produção em extensas zonas do país, até agora inacessíveis à civilização, estará sendo ampliada de modo apreciável a área cultivada do país, restabelecendo-se o equilíbrio homem-terra — cuja relação atualmente, no Peru, é uma das mais baixas do mundo: 0,15 hectares/habitante.

— Conforme estudos efetuados por Peter S. Houseknecht, somente na zona do Marañón serão incorporados à produção agropecuária 1.535.000 hectares de terras de cultivo, e se a estas juntarmos os 300.000 hectares proporcionados pela estrada Atalaya — Manú, teremos um total de 1.835.000 hectares, quantidade que, comparada com os 1.750.000 hectares estimados como atual área cultivável do país, significará que a conclusão das mencionadas estradas corresponderá a uma contribuição do Exército para o aumento de 100% da área cultivável do país.

c. Possibilitar o desencadeamento de um plano de colonização ao longo dos caminhos que se construirão e das estradas que se projetarem, permitindo que uma parte das nossas massas camponesas, atualmente carentes de terra, ali se fixem, limitando-se assim a emigração da serra para a cidade e a constituição de favelas ("barriadas"), com seu cortejo de desemprego, ocupação ilegais e uma legião de seres vegetando nos cinturões das nossas grandes cidades, pondo a nu a sua penúria coletiva.

d. Vincular os centros de produção do interior aos centros de consumo, facultando uma melhor comercialização dos produtos — mediante a harmonização do tráfego comercial entre as áreas urbanas e rurais e a nivelção dos termos de troca — e o conseqüente barateamento dos artigos de primeira necessidade.

e. Estabelecer comunicação adequada entre os centros povoados, que permanecem isolados e em estado incipiente de desenvolvimento, permitindo a gradual integração de suas populações aborígenes à economia de mercado.

f. Lançar as bases para delinear um plano de imigração, que permita trazer para o país mão-de-obra especializada, que se fixe nas novas áreas de terras férteis e que facilite a criação de fortes mercados industriais internos.

g. Liberar mão-de-obra especializada e técnicos civis, que possam ser utilizados em outros campos do desenvolvimento nacional, já que no país há insuficiência daqueles elementos para a complexa campanha da industrialização.

h. A tudo isso, teria de ser acrescentado, pelo fato de haverem-se convertido as unidades de engenharia em verdadeiras escolas práticas de formação técnica, a capacitação de ponderável proporção do contingente anual no ramo de construção; êsses jovens, depois de quites com o serviço militar, passarão a aumentar o número de operadores de equipamentos e de mecânicos do nosso limitado potencial técnico.

2. PROGRAMA DE CARTOGRAFIA NACIONAL

O Exército vem há muitos anos, por intermédio do Instituto Geográfico Militar (IGM), preparando e proporcionando os documentos requeridos pelas entidades estatais, pára-estatais e empresas privadas.

Nos últimos anos, o trabalho do IGM progrediu surpreendentemente, devido a :

— alta técnica alcançada na construção de aparelhos óticos e mecânicos, possibilitando a introdução das técnicas fotogramétricas na confecção de plantas e cartas (em escalas grandes, médias e pequenas).

— constituição de um grupo de oficiais altamente treinados em cartografia;

— ajuda técnica proporcionada pelo Interamerican Geodestic Service (IAGS), segundo o convênio de cartografia aérea firmado em 1948 entre os governos do Peru e dos EE.UU;

— Criação do Instituto Nacional de Planificação (INP), que requer, para o cumprimento de sua missão, dispor dos documentos cartográficos apropriados.

O IGM confecciona em pouco tempo, com elevada precisão e grande economia, os documentos mais diversos, insubstituíveis na promoção do desenvolvimento, tais como :

a. Levantamento da Carta Nacional (em 1:100.000), de acordo com as prioridades do INP, sendo êsse um elemento básico de consulta para qualquer trabalho. O aumento de rendimento relativamente ao antigo sistema de prancheta é de 200%, já tendo sido terminados os levantamentos dos Departamentos de Tacna, Mosquegua, Funo e Arequipa (iniciados em 1959).

b. Projetos de levantamentos especiais, — solicitados por entidades estatais, pelo setor público independente e pelo setor privado — por exemplo, os levantamentos realizados para os estudos e planejamento da hidroelétrica do Mantaro, para a irrigação de Olmos, Chao e Virú (entre os principais).

c. Confeção de mosaicos aerofotográficos controlados, solicitados pelas já referidas entidades, tais como os destinados a corporações de Ica e de Tacna e ao Depto de Puno (com vistas à reforma agrária); e os mosaicos dos principais vales da costa (para obras de irrigação).

d. Reproduções de documentos cartográficos especiais, como as executadas para servir aos estudos do "Plano do Sul" e aos do "Plano do Centro", e aos estudos de colonização feitos pelo IRAC (Instituto de Reforma Agrária e Colonização).

A cartografia tem sua aplicação mais comum no estudo e determinação dos recursos naturais, essencial no planejamento de longo alcance do desenvolvimento nacional; bem assim, na elaboração de projetos de construção de estradas e de programas de colonização. O IGM continua se aperfeiçoando e se equipando com os meios mais modernos, para poder prosseguir apoiando todos os planos do Estado para o desenvolvimento, sendo a única instituição no país que prepara documentos cartográficos em geral.

3. PROGRAMA DE AÇÃO CÍVICA DE COLONIZAÇÃO

Sob a direção de uma equipe de oficiais especializados em Israel, em conformidade com o Plano NAJAL, está sendo planejada a intervenção do Exército no processo de colonização da selva, mediante um programa de colonização baseado na criação de uma série de núcleos comunais de colonização, em zonas adequadas de nossa fronteira selvática, que por seu isolamento ou falta de desenvolvimento constituam-se em vulnerabilidade para a soberania e a defesa nacional.

Unidades especiais do Exército, devidamente organizadas, equipadas e treinadas, em coordenação com pessoal especializado dos diferentes ministérios, estabelecerão as bases para a localização definitiva dos colonos. Na fase inicial (etapa mais difícil), o trabalho será desmatção e roçado, preparo de solos, organização de núcleos humanos, etc; uma vez atingida determinada meta, a responsabilidade de execução será transferida ao Ministério da Agricultura ou a entidades colonizadoras habilitadas, ficando então o Exército liberado, em condições de promover outras áreas. (13)

Todos os aspectos da colonização, referentes a ajuda técnica e econômica, serão enfrentados em consonância com a Lei de Reforma Agrária.

Os colonos procederão tanto das "unidades de colonização" e dos licenciados de qualquer outra unidade do Exército, como de pessoal civil capacitado, da própria área ou de outras áreas rurais ou urbanas, selecionadas conjuntamente pela Oficina Nacional de Reforma Agrária (ONRA) e pelo Exército.

(13) O processo assemelha-se ao nosso, relativo a Colônias Militares de Fronteira. Além destas, que dependerão do interesse específico da presença militar, também poderá haver Colônias Agrícolas e Núcleos Rurais. Por outro lado, o pioneirismo das Colônias Militares permitirá que, em fase posterior, passem à administração civil.

IV — O OFICIAL DE HOJE, A SOCIEDADE E O EXÉRCITO DE SEMPRE

Feita a análise que nos propusemos, resta-nos somente referirmo-nos, em traços breves, ao oficial de nossos dias, à sociedade e ao "Exército de sempre".

O oficial de hoje atua, desde muito jovem, em uma instituição que sofre transformações rápidas, com uma estrutura social dinâmica e que exerce influência nos destinos do país. Ao ser freqüentemente transferido de uma guarnição para outra, de uma região de estrutura moderna para outra sumamente atrasada, onde novos acontecimentos exigem novas relações (e, ipso facto, readaptações), vão-se criando hábitos mentais no oficial, os quais favorecem seu ajustamento a ambientes os mais diversificados.

Resulta disso que o oficial vai cultivando um sentimento de confiança numa ordem fundamental e um alto grau de flexibilidade mental, que lhe permite comparar soluções, estabelecer diferenças e identidades na complexa realidade do país.

A renovação tecnológica militar, a íntima relação dos fatores econômicos, políticos e sociais com a defesa nacional, e o convencimento de que a melhor maneira de combater o comunismo é atacar as raízes do mal (miséria, desnutrição e injustiças sociais) — tudo isto tem desenvolvido em nossos oficiais uma aguda sensibilidade diante de quanto diz respeito ao "desenvolvimento integral"; paralelamente, firmou-se a convicção de que, para alcançá-lo, é fundamental proceder à realização de mudanças substanciais.

A sensibilidade da Fôrça Armada a tudo aquilo que signifique desenvolvimento e transformação tem tido conseqüências animadoras, sendo uma delas a evidência de que, como em nenhuma outra época de nossa vida republicana, já surgiu uma compreensão tácita com os grupos conformadores da sociedade peruana, ansiosos também de progresso e renovação.

Como corolário, nota-se que agora existe no meio civil nova opinião sobre o Exército. É evidente que a sociedade peruana sofreu uma mudança em seu modo de pensar: a geração de 1940 olhava mais ou menos depreciativamente a profissão das Armas; a geração de 1965, devido ao alto nível de organização e de tecnologia do Exército, encara este em termos diferentes.

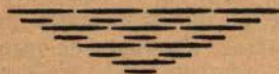
No Exército de hoje não se pensa nem como um alto ex-dirigente civil-militar de um país latino-americano, quando dizia que — "o Exército é a reserva moral, a virtude reside nos quartéis"; nem como um alto chefe militar do Oriente Médio, quando dizia — "se o Exército não fizer este trabalho, quem irá fazê-lo?" Pensa-se, sim, que na complexa tarefa que toca aos peruanos — a de sair do período de transição — as gerações civis e militares devem manter-se unidas e marchar ombro a ombro na

vida, pois todos, na esfera de suas responsabilidades, têm um grande trabalho a desempenhar: a grandeza dentro da missão histórica do Peru; pois, (como disse Basadre) "dentre as grandes transformações exigidas pelo futuro imediato, terá que ser tomado em séria consideração, como fator essencial, o papel que caberá às instituições castrenses".

Este é o "*Exército de hoje e sua projeção na nossa sociedade em período de transição*"; nos labôres, nas horas às vèzes luminosas e às vèzes sombrias que se vivem em vinte e cinco anos de serviços à pátria, há sobretudo uma lição aprendida, que serve de roteiro, de guia, de ponto de partida e de meta, e que, como palavras finais, procurarei expressar: refiro-me ao EXÉRCITO DE SEMPRE...

O "*Exército de sempre*" é uma criação histórica, não um fato natural; significa não sòmente a união de esforços dos seus componentes atuais, mas também tradição e a atualidade permanente de seu processo histórico, e o ideal projetado ao porvir. É a confluência de duas correntes caudalosas, igualmente inesgotáveis: o passado glorioso e ainda palpitante — a reserva, — e o pujante presente — o *Exército ativo*. Estas duas correntes eternamente confluem e é, cada qual, manancial recíproco da outra. *Porque* os esforços do passado, em seus méritos e seus erros, em seus momentos de glória e em suas horas de infortúnio, — projetando-se ao presente, quando se repetem uns ou se retificam outros, no nobre afã de preservar valores ao imitá-los ou superá-los; e *porque* tôda mol dernização de armas e equipamentos, todo surpreendente avanço tecnológico, estão sempre governados pelas fôrças espirituais do homem que, para não ser insensível ou vazio, nas horas de violência terá que se inspirar nos exemplos históricos do passado, para dirigir os acontecimentos do presente.

Quem limita a idéia de *Exército* a seus componentes atuais está a despojá-lo do seu caráter de permanência e do poder incomparável de projetar-se ao futuro — e mais ainda, está negando o próprio Exército, eis que, neste, o passado e o presente estão indissolúvelmente unidos.



A DEFESA NACIONAL é a sua Revista de estudos e debates profissionais. É a sua tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!